

## Professores da ECG querem estimular a inclusão nos municípios

11/09/2013 - 19:37

Acostumados com o outro lado das salas de aula, nesta quarta-feira (11/9), os professores da Escola de Contas e Gestão (ECG) do TCE-RJ sentaram nos bancos que normalmente são ocupados por seus alunos. Como discentes, participaram das dinâmicas propostas, questionaram e anotaram os diversos tópicos apresentados pela professora Sandra Cordeiro de Melo, que já fez parte da equipe da ECG e hoje é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tudo como manda o figurino. E, no final, a nota foi 10 para todos que participaram da primeira parte do curso 'Inclusão na Administração Pública', realizado nesta quarta-feira (11/9), na sede da Escola, em Niterói.



Com o objetivo de propor reflexões sobre os princípios da inclusão em educação, o curso entusiasmou os 27 participantes. "Esta aula nos leva a repensar a maneira como expomos as nossas próprias aulas nos municípios. Precisamos nos inteirar com os alunos jurisdicionados na busca de soluções mais adequadas à realidade administrativa deles. Podemos discutir mais os casos concretos. O importante é que haja mais participação", destacou um dos inscritos, Sergio Bahiense Colão, que é titular da Coordenadoria Acadêmica da ECG.



De acordo com o programa do curso, desenvolvido pela professora Sandra Cordeiro, a proposta do primeiro encontro com os docentes e servidores da ECG foi abordar os princípios da inclusão, ampliando-os para os da participação, entendendo o cidadão como o sujeito fim de toda política, que precisa ser contemplado antes mesmo que estas sejam elaboradas. "A ideia do curso é que, uma vez sensibilizados pelo princípio da inclusão, esses professores ao entrarem em contato com os alunos dos municípios, servidores das câmaras municipais e prefeituras, também promovam a experiência da participação. O que queremos alcançar é uma meta bastante pretensiosa. Queremos que, movidos pelos princípios da inclusão, os municípios promovam políticas públicas mais inclusivas", defendeu, ressaltando que "todas as ações que promovam a participação do sujeito no sentido de que ele se coloque, traga um pouco de si, que se represente naquela situação concreta, isso é um movimento de inclusão".



De acordo com a assessora-chefe da Assessoria Pedagógica da Escola de Contas, Sandra Maciel de Almeida, o curso 'Inclusão na Administração Pública' é um desdobramento de um trabalho já iniciado pela Escola, batizado de Projeto Incluir. "Começou com uma demanda de um aluno cadeirante e a escola teve que repensar o próprio espaço. Não tínhamos uma adaptação para pessoas com deficiência e essa questão abriu um questionamento. A partir dessa situação específica começamos a pensar a questão da inclusão. Hoje, na hora que o aluno faz o cadastro no nosso portal, ele se identifica para que possamos antecipar as providências antes da chegada desse aluno na escola. Entramos em contato por telefone e procuramos saber o que é necessário para recebê-lo adequadamente, explicou a assessora pedagógica.

Ainda segundo ela, a questão foi ampliada para uma visão mais complexa. "Agora, não pensamos apenas na inclusão de uma pessoa com necessidade especial, mas

na inclusão como participação cidadã. Então, questionamos como é que uma escola dentro de um Tribunal de Contas pode promover esse tipo de participação. Queremos ajudar os alunos, os professores e os coordenadores para que possamos promover esse tipo de participação. Temos um projeto e esse projeto tem vários objetivos, entre eles a formação dos docente. Temos um projeto bem focado para o TCE- Escola Itinerante, mas a ideia é que isso se amplie e se transforme numa prática da escola, para que possamos dizer 'nós somos uma escola inclusiva', destacou Sandra Maciel.

Para Sergio Henrique Baptista, outro professor da ECG, "o curso propicia uma oportunidade de reflexão e transformação da cultura, da política e da prática pedagógico de capacitação no atendimento dos interesses, necessidades e finalidades públicas, objetos da missão fiscalizatória do Tribunal de Contas. O tema estimula o desenvolvimento e a capacidade ativa dos sujeitos como integrantes de um processo dialético e construtivo do qual fazem parte, inclusive sob uma perspectiva crítica e propositiva", assinalou o docente.



Interessado também no tema, Virgílio de Oliveira Souza, técnico de Controle Externo do TCE-RJ e que dá aulas sobre Gestão de Pessoas, o encontro promovido pela ECG foi muito positivo. "quando conhecemos o perfil do nosso aluno jurisdicionado, procuramos saber o que é necessário para que ele resolva o problema lá no município onde atua. Não se trata de não querermos o problema. Queremos o problema, mas de uma forma que já tenha sido trabalhado pelo jurisdicionado, de forma que tenha participação no processo, que é de fiscalização também, que é de controle social", observou Virgílio.



Compartilhando da mesma opinião que seu colegas de turma, Aristóteles Lemos da Silva, da Coordenadoria de Estudos e Análises Técnicas (CEA), do Tribunal, destacou que a inclusão é uma preocupação de todos os professores da ECG. Nossa missão não é só passar o conhecimento para os jurisdicionados, mas também promover um processo para que eles atuem também como cidadãos", concluiu.



A segunda fase do curso contará com a realização de oficina com os docentes da ECG, para a reformulação do conteúdo programático dos cursos que compõem o Projeto TCE-Escola Itinerante, buscando incorporar os princípios da inclusão e da participação cidadã.